

## 3.2 COLETIVO: MATERIAL E PROCESSUAL

### 3.2.1 A fumaça e a trapaça

**Lúcio Antônio da Silva**

*Oficial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
6ª Promotoria de Justiça de Uberaba (MG)*

Promover o desenvolvimento de um país, provavelmente, seja a mais complexa, desafiadora e frustrante de todas as tarefas confiadas a um ser humano. Os interesses em conflito são tantos e os argumentos das partes tão eficientes, que levam até os mais experientes administradores a cometerem erros de avaliação, envolvidos pelo turbilhão retórico em conflito, que, inobstante aos antagonismos implícitos, mostram-se, sob todos os aspectos, inteiramente convenientes aos mais nobres ideais da Nação.

Empresários gananciosos e políticos oportunistas continuam protagonizando incidentes danosos à sociedade, especialmente ao meio ambiente, apesar da crescente vigilância popular sobre eles.

Especialistas em fazer atraentes assuntos repugnantes ao povo, mestres em camuflar em embalagens vistosas, o sutil veneno de suas ambições, esses homens, em nome do lucro fácil, estão criando armadilhas terrivelmente nocivas às comunidades onde se instalam.

De efeito retardado, esses danos somente aparecem quando tarde demais para se corrigir seus malefícios.

Fato relevante nesse sentido pode estar ocorrendo agora, no Triângulo Mineiro, onde Deputados e canavieiros, estão se aproveitando dos efeitos colaterais da lei para impor à população local o fim de seus direitos a um meio ambiente saudável e equilibrado.

Querem se valer de um descuido legal para dar curso às suas sandices econômicas, sacrificando os direitos essenciais da população ao pretenderem destruir a natureza desta região, em troca da formação de reservas ambientais no norte de Minas ou no vale do Jequitinhonha. O que nenhum deles sabe responder é como aquelas unidades mantidas num local tão distante, podem valer ao povo do Triângulo Mineiro?

Meio ambiente não é excentricidade de ecologistas sonhadores. É saúde pública, é sobrevivência humana e não pode ser tratado com essa malandragem tupiniquim.

Ao construírem reservas em lugares tão distantes e desabitados, o meio ambiente servirá, apenas, ao próprio meio ambiente, pois lá não existem pessoas para usufruírem de seus benefícios e o povo faz parte desse meio.

Além disso, quem irá fiscalizar aquele mato abandonado, longe de tudo e de todos? Será que naquele ambiente as florestas serão respeitadas? Sobreviverão ao abandono que se anuncia ou aos interesses escusos de que se desconfia? Não será intenção daqueles empresários a de incentivar invasões posteriores, forçando desapropriações em benefício próprio, tão logo consigam se livrar dos empecilhos legais que dificultam seus lucros no Triângulo Mineiro?

A sociedade brasileira, sabidamente, passa por um processo de inversão de valores e de retrocesso moral nunca antes experimentado. Percebe-se que os ideais humanos responsáveis pelos grandes avanços civilizatórios dos últimos séculos estão sendo, paulatinamente, substituídos pela mediocridade do imediatismo consumista, nivelando por baixo a

inteligência das gerações que se sucedem.

Na materialização desse fenômeno, está a maldição dos usineiros, configurada pela cultura da exclusão, da violência, da ignorância, do preconceito racial e do desrespeito a tudo que é próprio de uma sociedade moderna e humanizada.

O orgulhoso povo do Triângulo Mineiro, que, à custa de muito sofrimento, conseguiu se livrar dos resquícios culturais produzidos pelas oligarquias ruralistas da região e que chegou, inclusive, a alimentar o sonho de criar um estado próprio, desvinculando-se das tradições honrosas de Minas Gerais, por julgá-las aquém de seus anseios cívicos, vê-se, agora, obrigado a conviver, a assimilar e a obedecer aos costumes impostos pela conveniência econômica de outros povos, que nada têm de admirável.

O destino da população do Triângulo pode estar sendo decidido pelos espúrios interesses de um capital sujo, de origem duvidosa, manipulado pelas mãos criminosas da velha e manjada oligarquia canavieira, protagonista das mais vergonhosas e cruéis páginas da história brasileira.

Que venham as indústrias, mas que se deixe na origem as práticas e os costumes que fizeram delas ícones da vergonha e do atraso nacional. Que tragam benefícios, mas que se adaptem às leis nacionais e aos interesses do povo de onde se instalam. O manto da legalidade deve proteger os interesses da coletividade antes de qualquer interesse privado.

O que se pretende é um holocausto ambiental. Que país é este? Que empresários são esses? Como seria possível viver num lugar assim, onde aviões em vôos rasante, borrifam casas e pessoas com seus venenos mortíferos, onde os ares poluídos pela fuligem das queimadas sufocam e matam tudo que não pode se defender.

Quantos sitiados que vivem dignamente em suas pequenas propriedades rurais serão expulsos de suas terras para engrossarem a famélica estatística das favelas nacionais?

Para aqueles empresários, lagos, veredas, rios, florestas e animais são poesias e o Brasil precisa só de energia. É o pragmatismo neoliberal, fazendo vítimas mundo afora.

Secam-se os mananciais, arrancam-se as árvores, queimam-se as terras e ainda fazem pouco da inteligência do povo ao anunciarem, publicamente, suas preocupações ecológicas.

E as autoridades, o que acham disso? Não seria essa uma forma fascista da negação oficial do Estado ao direito à saúde, ao bem estar da população, ao futuro e à harmonia da humanidade com o meio ambiente? Onde estão os conceitos da educação para a sobrevivência, defendida ardorosamente pela ONU e freqüentemente exibida como trunfo oficial?

Chamam a isso progresso? Não se pode esquecer, no entanto, que a miséria e a desolação são faces inevitáveis da devastação.

O Triângulo Mineiro caminha na contramão da consciência mundial, que se esforça em limpar o planeta e construir uma convivência sustentável entre o homem e natureza.

Do contrário, seremos todos extintos muito antes que se possa usufruir de um único e mísero centavo dessa riqueza devastadora.

Com a palavra, os órgãos ambientais que até então buscaram o eufemismo como forma interpretativa das Leis, aproximando suas ações, perigosamente, dos interesses do

capital, em desprezo ao espírito protetor e motivador das próprias leis.

É hora de as instituições ambientais saírem dos armários e mostrarem que valem o que custam à sociedade, ou será tarde demais para elas também.